

RITA LEE: TRAJETÓRIA, RESISTÊNCIAS E CENSURA

RITA LEE: TRAJECTORY, RESISTANCE AND CENSORSHIP

Giseleda Silva Souza¹
Maria Izilda Santos de Matos²

RESUMO: Rita Lee destacou-se como compositora, instrumentista, cantora e escritora, alcançando grande popularidade. O estudo rastreia sua trajetória, enfatizando o período da ditadura militar, sua prisão em 1976 e a censura sobre sua obra. Suas letras foram vetadas por abordarem moralidade, sexualidade, corpo feminino e liberdade. A pesquisa adota uma perspectiva histórica e musical, analisando sua produção no rock e no tropicalismo. Baseia-se em autores como Lima (2020), Matos (1997), Paranhos (2019) e Napolitano (2001 e 2002). Estruturado em três unidades, o estudo examina sua relação com a censura, estratégias analíticas e percursos da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Rita Lee; Ditadura Civil-Militar; Censura; História e Música.

ABSTRACT: Rita Lee stood out as a composer, instrumentalist, singer, and writer, achieving great popularity. The study traces her trajectory, emphasizing the period of the military dictatorship, her imprisonment in 1976, and the censorship of her work. Her lyrics were banned for addressing morality, sexuality, the female body, and freedom. The research adopts a historical and musical perspective, analyzing her production in rock and tropicalismo. It is based on authors such as Lima (2020), Matos (1997), Paranhos (2019), and Napolitano (2001e 2002). Structured into three units, the study examines her relationship with censorship, analytical strategies, and research paths.

KEYWORDS: Rita Lee; Civil-Military Dictatorship; Censorship; History and Music.



10.23925/2176-4174.36.2025e73060

Recebido em: 25/08/25.

Aprovado em: 25/08/25.

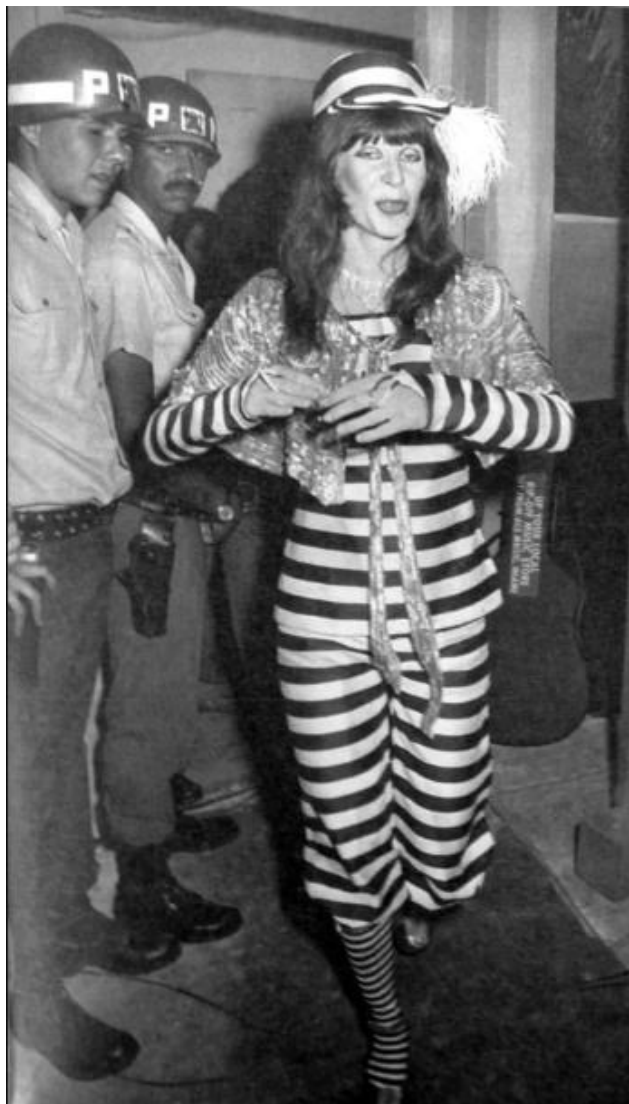
¹ Doutoranda em História (PUC-SP). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4381-8204> E-mail: giselesouza.prof@gmail.com

² Doutorado em História (USP). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4109-3747> E-mail: mismatos1@gmail.com

Publicado em: 25/08/25.

Introdução

Figura 1 - Rita Lee vestida de presidiária em sua turnê após a prisão.



Fonte: Amiga, n. 430, 1978 (cf. Revista Amiga e Novelas, 6 abr. 2020).

Irreverente, ousada, crítica, irônica, desafiadora, debochada, Rita Lee destaca-se na foto num primeiro plano vestida de presidiária, figurino de sua turnê após a prisão. Compõem a cena dois policiais com olhares atentos na artista. A foto foi tirada quando da sua volta aos palcos, em setembro de 1976, num show na Sociedade Esportiva Palmeiras, com seu jeito provocativo e suas performances arrojadas, afrontando o Sistema e denunciando os abusos de que fora vítima.

Estes escritos focalizam a trajetória artística de Rita Lee (1947-2023), priorizando as questões e tensões durante a ditadura civil-militar (1964-1985), quando a artista foi perseguida, presa e censurada (pelas letras e performances). Suas composições não priorizavam assuntos considerados diretamente subversivos, de resistência ou denúncias ao sistema estabelecido, mas incomodavam por abordar criticamente questões morais e éticas como sexualidade, corpo feminino (menstruação, maternidade, menopausa), liberdade e o cotidiano das mulheres. Questionam-se ainda as tensões e rupturas vivenciadas durante esse período, as mudanças culturais no campo artístico, em especial no musical, que atingiram vários gêneros e artistas, incluindo o *rock*, campo de atuação de Rita Lee.

O artigo encontra-se organizado em três unidades: na primeira, apresenta-se o percurso da pesquisa e estratégias da análise; na segunda, observa-se a trajetória da artista; e, na última, suas tensas relações durante o governo militar e a censura às suas composições.

1. Perspectivas: metodologia de pesquisa e análise

A produção historiográfica contemporânea levou à emergência de novos temas e objetos, o que exigiu um esforço de trazer à luz uma diversidade de fontes na tentativa de descortinar o passado. Inserida nesses desafios, surge a perspectiva História e Música, que coloca novas inquietações e incorpora a produção musical como corpo documental, cujo potencial investigativo se mostrou instigante e desafiador, mas ainda é pouco explorado pela análise histórica.

Essa perspectiva diferencia-se da História da Música, pois incorpora várias questões e abordagens: focaliza a trajetória de artistas (compositores, intérpretes, músicos, regentes, produtores musicais e outros agentes), observando a formação, obra e produção desses protagonistas; integra a pesquisa de diferentes estilos, gêneros e movimentos musicais (eruditos e populares); observa circuitos culturais, boêmios e de sociabilidade; a veiculação, consumo, formas de circularidade e recepção das canções; os gostos musicais vistos como elementos constitutivos de diversos momentos históricos e estratégicos na construção das subjetividades (Matos, 2005; Napolitano, 2002).

Como observado, a perspectiva da História e Música é um desafio para os pesquisadores que enveredam por esse caminho, sendo necessário um aperfeiçoamento de sua perspectiva analítica e capacidade de escuta crítica, desenvolvendo “ouvidos pensantes” (Schaffer, 1991). Pois as canções³, ao mesmo tempo que são manifestações artísticas, também apresentam aspectos da vivência e sensibilidade dos compositores e ouvintes. Ressalta-se que não se identifica aqui essa produção como “reflexo”; as canções aparecem como representações, entrelaçando-se num processo de influência mútua, sendo as experiências com a música (para compositor e ouvinte) elementos constitutivos de processos de subjetividade, recursos de aprendizagem cultural que denotam inserção numa cultura, subentendendo condutas, comportamentos possíveis e/ou disponíveis num certo momento, bem como as suas múltiplas formas de resistência.

Para estes escritos sobre Rita Lee, foram pesquisados documentos da imprensa (jornais e periódicos especializados), discos, entrevistas e depoimentos da protagonista. Também documentação localizada no fundo da Censura do Arquivo Nacional, que guarda os dossiês de diversas canções censuradas, incluindo filmes, peças de teatro, livros, jornais e produção televisiva.

2. Uma trajetória de resistências

Rita Lee foi artista de diferentes facetas: compositora, instrumentista, atriz e escritora. Iniciou sua carreira jovem, tendo uma trajetória marcada pelo sucesso desde o seu início, nos anos 1960, até seu afastamento dos palcos, em 2012. Em seguida, manteve-se prestigiada por fãs e recebeu diversas homenagens. Sua morte, em 2023, intensificou o rememorar da sua produção e despertou maiores interesses sobre a sua trajetória.

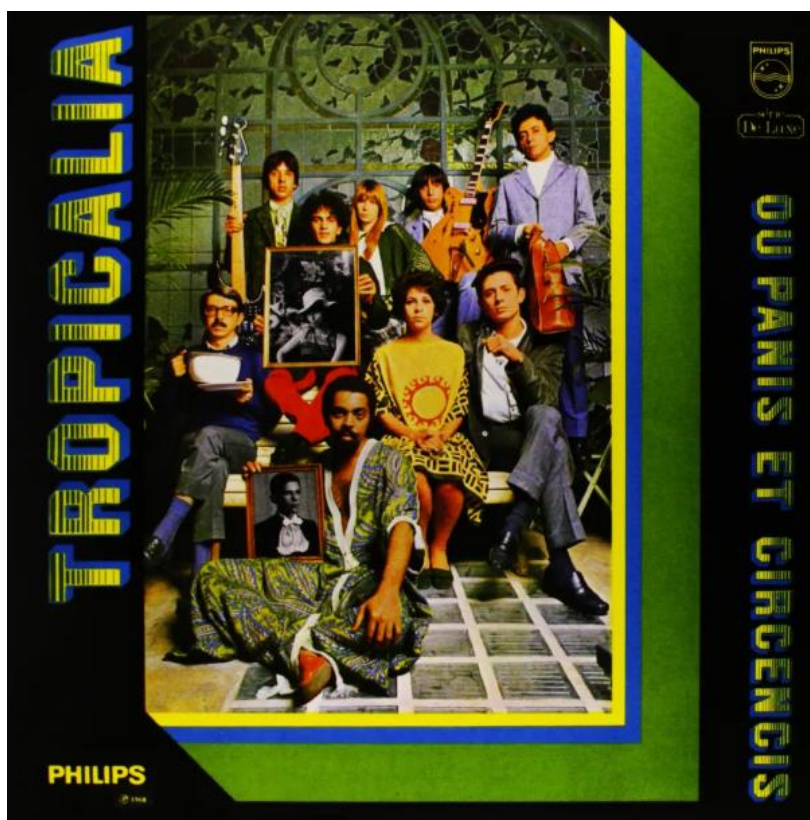
Rita Lee Jones nasceu na cidade de São Paulo, no ano de 1947. Filha de Romilda e Charles Jones, foi criada na capital, junto com suas duas “irmãs de sangue” – Mary e Virginia –, sua irmã adotada Caru, além de Balu, que era irmã adotiva de sua mãe. Estudou no Liceu Pasteur, onde formou sua primeira banda, as *Teenager Sisters*, nesse período se apresentou em festivais estudantis, onde conheceu os

³ O termo “canção” será utilizado em lugar de “música” “num sentido lato, isto é, abrangendo principalmente a letra, o universo que verbaliza cantando” (Martins, 1975).

irmãos Baptista (Armando e Sérgio). Com eles, formou as bandas *Wooden Faces*, *O'Seis* e, depois, *Os Mutantes*.

De forma inovadora, eles mesclavam instrumentos acústicos com a guitarra elétrica, fazendo uso de performances e de figurinos considerados extravagantes e irreverentes (fantasias e experimentalismos), como quando Rita se apresentou vestida de noiva no 3º Festival Internacional da Canção, em 1968. Sobre o assunto, ela declarou que “namora, mas não pensa em casamento” (Magalhães, 1968, p. 27), apresentando indícios de uma crítica comportamental sobre a trajetória feminina idealizada para o consórcio.

Figura 2 - Capa do álbum *Tropicália ou Panis et Circencis*, de 1968.



Fonte: Sarmiento, 7 ago. 2018.

Os Mutantes participaram das apresentações e do movimento Tropicalista, bem como da gravação do álbum *Tropicália ou Panis et Circencis* (1968), compondo a capa junto com outros artistas. Nessa ocasião, receberam o convite da gravadora Philips para lançar seu primeiro disco. Após diversos álbuns, sempre com excelente recepção por parte do público ouvinte e da crítica, Rita foi retirada da banda de maneira

inesperada, sob justificativa de que os outros dois integrantes queriam seguir para o *rock* progressivo, e ela não teria capacidade técnica como instrumentista para continuar com eles nesse novo projeto.

A artista não se deixou abater com o rechaço e formou o *Cilibrinas do Éden* (em 1973) e, depois, o *Tutti Frutti*, grupo considerado um “divisor de águas” no *rock* nacional, em que se destacou como instrumentista e compositora. Com o grupo, Rita alçou grandes sucessos, como *Ovelha Negra* (1975), *Agora Só Falta Você* (1975), *Luz Del Fuego* (1975), *Coisas da Vida* (1976) e *Jardins da Babilônia* (1978). Nesse ínterim, conheceu Roberto de Carvalho, que se tornou seu parceiro artístico e de vida (com ele teve três filhos, Roberto, Antônio e João), dando início a uma fase da sua carreira de sucesso, com 30 álbuns, sendo considerada a artista que mais teve músicas em trilhas sonoras de novelas do país.

Figura 3 - Capa do disco “Fruto Proibido”, de 1975.



Fonte: Universal Music Store, c.2025.

Nas letras das canções, na interpretação e nas performances, Rita se utilizava do deboche para fazer críticas sociais, como quando se vestiu de Nossa Senhora, em sua turnê chamada Santa Rita de Sampa (1997). Sua irreverência ultrapassou seus

shows e marcou também programas de TV, como o Saia Justa, da emissora GNT, e seus escritos, como seus livros.

Figura 4 - Rita Lee vestida de Nossa Senhora, na turnê do disco “Santa Rita de Sampa”, em 1997.



Fonte: Caras, 31 dez. 2012.

A artista esteve atrelada ao movimento Tropicalista, que trouxe novas referências musicais e estéticas, vinculadas aos movimentos de contracultura, em particular aos *hippies*. Também problematizou questões no âmbito cultural, político e da cotidianidade, merecendo menção às temáticas da condição feminina.

Desde a década de 1950 que a dita Segunda Onda do Movimento Feminista reivindicava diversos direitos, dos trabalhistas aos sexuais, passando por questões educacionais e de igualdade. A intensificação das discussões nos grupos organizados e o crescimento de estudos foram influenciados pela publicação de livros como *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, e *A Mística Feminina* (1963), de Betty Friedan, que discutiam as condições de vida, a posição de subalternidade das mulheres e a sexualidade feminina. Nos anos de 1968 e 1969, os movimentos se

organizaram nos Estados Unidos e na Europa, ampliando suas manifestações, seus protestos e difundindo suas propostas em outros países. Nesse período, no Brasil, observava-se o crescimento da presença feminina nas universidades, no mundo do trabalho (fábricas, magistério e comércios) e em manifestações (democráticas, contra e pró-ditadura), sendo que “o feminismo de segunda onda apresentou reivindicações para além das relativas aos direitos políticos, econômicos e educacionais” (Aras, Pinsky, Pedro, 2012, p. 240).

Embora tenham se inspirado em mobilizações de outros países, os movimentos brasileiros tiveram particularidades. O país vivia uma ditadura que reprimia a liberdade de expressão também das mulheres, houve então uma convergência dos movimentos de mulheres e da militância feminista com a esquerda. Nesse processo, a princípio, tiveram prioridade, diante de outras pautas feministas, a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora. Outras reivindicações foram ganhando força, com destaque para os assuntos ligados à sexualidade e ao corpo, além da luta contra a violência de gênero. Apesar da repressão dos governos militares, as manifestações feministas tiveram repercussão inclusive na mídia (Aras, Pinsky, Pedro, 2012).

Os novos comportamentos e os movimentos emergentes enfrentaram o conservadorismo reinante e colocaram em cena as mulheres com suas reivindicações. Essas questões tiveram a participação de artistas, que “não foram mulheres-bandeiras de discursos claros, não foram mulheres-discursos associadas a uma proposta, mas mulheres que se expuseram e ousaram experimentar. A arte como veículo de um fazer que se construía” (Pimentel, 2009, p. 12). Entre elas se destacou Rita Lee, as letras de suas canções e as performances usando estratégias do lúdico e do irônico foram consideradas desviantes, denunciavam um falso moralismo, questionavam comportamentos e enfrentavam valores conservadores.

Sob esse aspecto, é curioso como o feminismo, aglutinado à esquerda brasileira, ainda não encontrava espaço suficiente para ser discutido rumo à emancipação das mulheres. Contudo, algumas mulheres, por conta dos padrões que infringiram ou das ideias que preconizavam, ganhavam destaque nas mídias. Era o caso, por exemplo, da atriz Leila Diniz e das jovens cantoras Gal Costa e Rita Lee. Essas mulheres, com estilos diferentes, mas com os olhos no mesmo desejo de liberdade propuseram novos comportamentos ainda que não tenham advogado a causa feminista propriamente dita (Gomes, 2022, p. 17).

3. Em confronto: Rita Lee, ditadura e censura

Durante 21 anos (1964-1985), o governo autoritário da ditadura civil-militar ampliou e aperfeiçoou ações, práticas e constituiu aparelhos repressores, visando vigiar, perseguir, controlar, aniquilar e excluir seus opositores, atuando através de Atos Institucionais, decretos que tiveram poder constitucional e foram utilizados durante todo o regime.

Os Atos eram fundamentais para a afirmação do caráter tutelar do Estado, estruturado a partir de um regime autoritário que não queria personalizar o exercício do poder político, sob o risco de perder o seu caráter propriamente militar. Para que o Exército pudesse exercer diretamente o mando político e manter alguma unidade, fundamental no processo que se acreditava em curso, era preciso rotinizar a autocracia e despersonalizar o poder. A autoridade do presidente, figura fundamental neste projeto, deveria emanar da sua condição hierárquica dentro das Forças Armadas e de uma norma institucional que sustentasse a tutela sobre o sistema (Napolitano, 2016, p. 80).

Com o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretado pelo então presidente Costa e Silva, as ações repressivas e de censura se expandiram⁴, provocando mudanças expressivas como fechamento do Congresso Nacional, cassação de mandatos, intervenção nos estados e municípios, autorização do presidente para decretar estado de sítio por tempo indeterminado, a perda de garantias individuais através de *habeas corpus*, entre outras.

Mediante o Decreto 1.077/70, de 26 de janeiro de 1970, atuou com rigor na normatização da censura prévia, que passou a ser da responsabilidade do Ministério da Justiça, sendo que, a partir de setembro de 1972, a Polícia Federal tornou-se responsável direta pela censura, com o objetivo de “estruturar o sistema de segurança e assegurar a permanência da moral e dos bons costumes” (Skidmore, 2000).

⁴ A função da Polícia, das Forças Armadas e da Censura era fazer o que fosse possível para manter a “ordem vigente”, para tanto, atuavam vigiando, prendendo, punindo e torturando (tortura física e psicológica foram utilizadas pelas instituições repressoras para intimidação, confissões e delações). Foram criados órgãos de controle repressivo ligados ao exército, o Comando Operacional de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações Internas (DOI). Havia outros órgãos ligados à Polícia Civil, como o Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) e o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), sendo que este era submetido ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de nível federal.

A censura buscava controlar a imprensa, o teatro, o cinema, shows, rádio, programação televisiva e a produção musical. Neste caso, o objetivo era eliminar letras que fizessem menções contrárias ao regime militar e/ou que propagassem costumes que infringissem as normas vigentes (Ridenti, 2004; Kushinir, 2004; Moby, 1994; Napolitano, 2001).

Rita Lee foi uma das cantoras mais bem sucedidas dos anos 1970/1980, alcançando grande popularidade. Inserida no mundo do rock, ela não era bem quista pelos poderes estabelecidos e setores conservadores, uma vez que compunha e interpretava canções com ideais libertários e utilizava escracho, ironia e humor como forma de desafiar e denunciar (Lima, 2019, p. 24). Assim, após o AI-5, Rita Lee enfrentou problemas com a Polícia Federal e a censura.

Figura 5 - Rita Lee e as acusações da ditadura civil-militar (1964-1985).



Fonte: Lima, 2019.

A indisposição de Rita com os órgãos de repressão do regime se iniciou em 1976, quando ela depôs sobre o assassinato ocorrido durante um show d'Os *Mutantes*, em Itaquera. A artista foi procurada pela mãe do rapaz (D. Nair), perguntando sobre o momento do assassinato. A polícia alegava que o crime havia ocorrido do lado externo da casa de show, quando o jovem fazia tumulto para entrar sem ingresso. Contudo, a mãe sabia que seu filho tinha adquirido o ingresso com

antecedência. Durante o depoimento, a cantora declarou que o tiro aconteceu no salão.

Logo no primeiro fim de semana, na saída do teatro, uma senhora, dona Nair, toda de preto, chega perguntando se eu me lembrava de um show dos Mutantes em Itaquera, quando um rapaz morreu e interrompemos a apresentação. Sim, eu me lembrava.

“O rapaz em questão era meu filho, muito fã da senhora, tinha um álbum com fotos suas, foi um dos primeiros a comprar ingresso para aquele show. Preciso que a senhora me responda só uma pergunta: meu filho caiu morto dentro ou fora do salão? A senhora estava num lugar privilegiado e pôde ver, não?”

“Sim, o garoto caiu dentro do salão, perto da entrada.”

“O policial que o matou está solto, disse que meu filho estava criando caso e querendo entrar sem ingresso, que foi morto do lado de fora do salão. Esse policial passa todo dia em frente à minha casa dando risada. O processo ainda está em andamento e amanhã haverá uma audiência com testemunhas dos dois lados. Se a senhora pudesse comparecer, eu ficaria eternamente grata.”

Respondi que não saberia reconhecer o rosto do policial de onde estava, o que era verdade, só lembrava que o rapaz havia caído já dentro do salão.

“Não é para fazer reconhecimento do rosto, apenas diga o que a senhora viu de lá de cima do palco, só isso.”

Fiquei tocada com a história da mulher e topei. Dia seguinte, fui ao fórum e contei a mesma cena (Lee, 2016, p. 151).

Após esse episódio, foi colocado um pacote de maconha na casa da artista, que estava grávida de seu primeiro filho (Beto). Após a revista policial, Rita foi levada ao Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) e, depois, para o Hipódromo Feminino. Apesar das acusações, a artista deixou claro no depoimento, em entrevistas e na sua autobiografia que não tinha drogas em casa, e que não fez uso durante suas gestações (Lima, 2019). Nas suas memórias, declarou:

Fiquei uma semana no DEIC e depois fui transferida ao Hipódromo Feminino, onde passei um mês e meio. De cara, quem me recebeu no Xadrez 21 foi a detenta-chefa do pedaço, Mendonça, uma muito macha, verdadeira cavalheira, inclusive me cedeu sua cama de baixo no beliche sabendo do meu estado interessante. As outras sete mulheres também aderiram ao afeto, acharam o máximo estarem presas com uma celebridade (Lee, 2016, p. 201).

Ao saber do acontecimento, Elis Regina foi visitá-la e, ao ver seu estado físico – Rita apresentava sangramento e correia risco de perder o bebê –, exigiu cuidados,

visita de um médico e boa alimentação. João Araújo, fundador e empresário da Som Livre, gravadora da artista na época, providenciou os advogados (João Carlos Dias e Antônio Carlos Medeiros) para cuidar do caso (Lee, 2016).

Encarcerada, a artista compôs a canção “X 21”:

Tudo foi programado
pra ser muito natural
a vítima virou um bandido
e o herói está no comercial
e me levam a conhecer o lado escuro da luz
vi o sol nascer quadrado e lá dentro
cada qual carregava uma cruz
Foi então que me disseram
“Não ligue não
aqui é melhor ter calma
e o passarinho não esquece seu canto
mesmo dentro da gaiola”
Foi então que me disseram
“Não ligue não
aqui somos todos iguais
e Deus é apenas um
Vamos cantar e ficar livres
dentro do X 21”
(Lima, 2019, p. 49-50)

A letra original da canção se encontra sob a guarda de Norma Lima (professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente do fã-clubes da cantora), uma versão foi encontrada nos arquivos da censura e nunca foi gravada.

Durante a prisão, Rita tocava e cantava para suas companheiras de cela. Ela declarou que foi acolhida de forma solidária e recebeu conselhos para não desistir do seu canto e ardor pela vida.

Como agradecer minhas colegas de cela por tanto colinho? Inspirada, escrevi ali mesmo letra e música de “X21”, baseada na história de cada uma delas. Dona Solange fez o tipo “Não ouvi, não gostei e censurei”, e a letra provavelmente ainda está lá no meio de outras tantas que receberam o carimbo “Desacato aos valores da família”. Orgulho no currículo (Lee, 2016, p. 153).

Na canção, denunciava a situação do presídio e as condições das presas, descrevia a vivência na detenção, onde “vítimas” eram identificadas como “bandidas”,

estando presas pela oposição ao regime, enquanto os opressores apareciam como se fossem os “salvadores da nação”.

Ao sair da cadeia, ficou em prisão domiciliar, sendo vigiada 24 horas por dia por policiais, e só saía de casa entre as 7h e as 19h. Para se apresentar nos shows, precisava pedir autorização, fazer exames de sangue e apresentar os resultados ao juiz (Lima, 2019, p. 47).

A artista enfrentou a perseguição da censura às suas canções⁵, que tiveram de passar por modificações para serem veiculadas pelas gravadoras, pelas rádios e pelos programas de televisão, chegando a ter um disco quase inteiro censurado. A maioria dos pareceres alegava “serem de duplo sentido e socialmente afrontosas” as canções (Lima, 2019). Em várias entrevistas, Rita declarou que foi um período difícil e manifestou sua indignação em relação aos abusos do sistema e às perseguições da polícia e da censura. Rememorou em sua autobiografia:

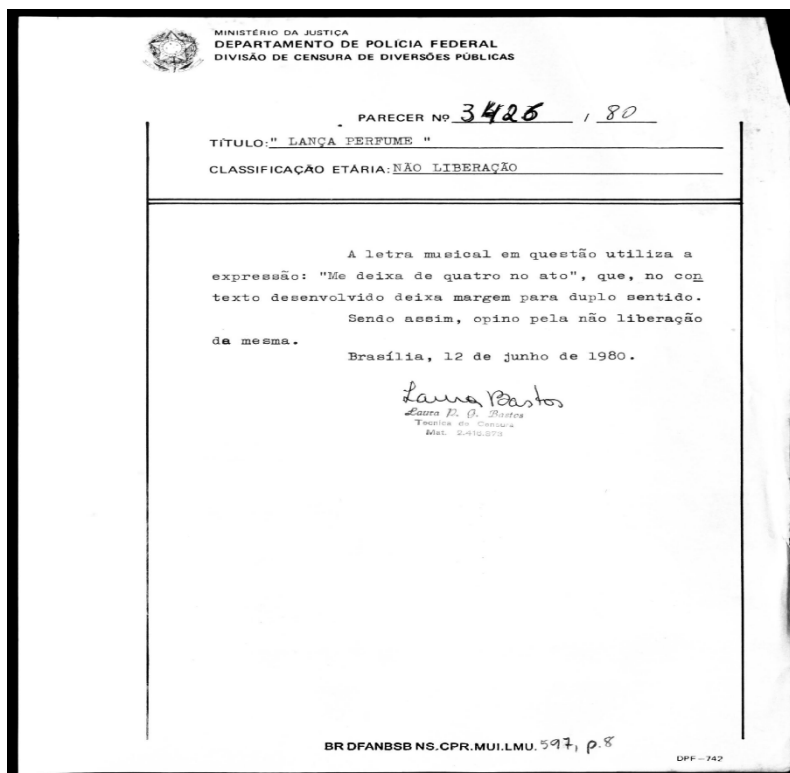
Já era difícil lutar contra minha própria preguiça de ter que comparecer pessoalmente à sala de dona Solange driblar seus brancaleones da censura. Eram aqueles debiloides que julgavam se as atividades artísticas continham “mensagens subliminares”. Lembro da primeira vez que fui chamada a explicar o significado obscuro da palavra “arco-íris” numa letra de música que eu pretendia gravar. Cara a cara com a poderosa, notei que era uma separada do berço da dona Maricota, mulher do Pafúncio, no seu tailleur cinza mal-ajambrado estilo soviético-pobrinho e meu esforço maior foi o de não cair na gargalhada. Antes de estreitar qualquer show, filme ou peça de teatro, um par de brancaleones se sentava na plateia vazia para assistir ao espetáculo em primeira mão. Se não gostassem, proibiam sem maiores explicações, dane-se o gasto com a produção. Se aprovassem, pediam uma porrada de ingressos para amigos e familiares. Finos (Lee, 2016, p. 1989).

Entre as canções censuradas, *Lança Perfume* (1980) teve o veto do censor devido à frase “*Me deixa de quatro no ato*”, atentando para a questão sexual, sem referências ao fato de “lança-perfume” ser uma droga. A canção foi vetada em sua primeira análise (12 de junho de 1980), mas acabou sendo liberada pelo chefe da

⁵ Canções censuradas: Barriga de mamãe; Afrodite (Banho de Espuma); Cor de Rosa choque/ As duas faces de Eva; Lança Perfume; Bobagem; Papai, me empresta o carro; De leve (cantou com Gilberto Gil); Gente fina é outra coisa; Posso perder minha mulher, minha mãe, desde que eu tenha o rock n' roll; Perigosa (cantou com As Frenéticas); X-21; Arrombou o cofre; Top Top; e Muleque Sacana (nunca lançada).

seção de Censura do SCDP (Serviço de Censura e Diversões Públicas). As letras das canções tinham obrigatoriamente de passar pelos censores antes de serem gravadas e veiculadas ao grande público, e algumas vezes o parecer de análise do órgão exigia modificações, mas em outras as canções eram proibidas e não chegavam a ir ao ar.

Figura 4 - Veto à canção *Lança Perfume*.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

PARECER Nº 3426 / 80

TÍTULO: "LANÇA PERFUME"

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: NÃO LIBERAÇÃO

A letra musical em questão utiliza a expressão: "Me deixa de quatro no ato", que, no contexto desenvolvido deixa margem para duplo sentido. Sendo assim, opino pela não liberação da mesma.

Brasília, 12 de junho de 1980.

Laura Bastos
Laura B. Bastos
Técnica de Censura
Mat. 2-016-873

BRDFANBSB NS.CPR.MUI.LMU.597, p.8

DPF-742

Fonte: Arquivo Nacional.

Figura 5 - Pareceres dos censores à canção *Lança Perfume*.

BRDFANBSB NS.CPR.MUI.LMU.597,p.2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CHADO
DCDP

Ofício nº 676/80 - SCDP/SR/DPF/RJ Em 03.06.80
Do Chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas - RJ/RJ
Endereço: Av. Rodrigues Alves - nº 1 - 2º andar
Ao Sr. Diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas
Ass. Prot. nºs.: 8.591/80 - 8.581/80 e 8.579/80 - SCDP/SR/DPF/RJ.

Senhor Diretor:

Para fins de exame censório, encaminho a V.ª,

a (s) letra (s) musical (is):

TÍTULO	ASPECTO
FALCO	GILBERTO GIL
CASO SÉRIO	RITA LEE JONES / ROBERTO ZENÓBIO
	AFFONSO DE CARVALHO
O BODE	" " "
LANÇA PERFUME	" " "
JOJO NINGUEM	" " "
ORRA MEU	" " "
BEM ME QUER / MAL ME QUER	" " "
BAILA COMIGO	" " "
NEM LUXO NEM LIXO	" " "

Atenciosamente

Carlos Lúcio Mendes
CARLOS LÚCIO MENDES
Chefe de SCDP/SR/DPF/RJ

A. Chefe do SC
Conforme parecer
nº 3426, pela não liberação
de "lança perfume"
a sua consideração
12-06-80
Helio Edmundo Carvalho
Mar. 2.415.791

CAR.

1 SET.
De acordo com
consulta feita ao Diretor
data 22.07.80, deve-se na
integrity a totalidade dos
dados musicais
Wilson de Queiroz Garcia
substituto
Chefe de SC/SCDP

Fonte: Arquivo Nacional.

Com a suspensão do AI-5, em 1978, num contexto dito de “flexibilização do regime”, viu-se o crescimento da oposição através da emergência de movimentos contestatórios, merecendo destaque a luta pela anistia, que culminou na aprovação da Lei n.º 6.683 (28 de agosto de 1979). “Dentro dessa conjuntura, Rita achou que a censura iria abrandar e suas letras não sofreriam mais cortes, mudanças ou proibições, mas ela continuou sendo alvo, fazendo-a desacreditar da abertura política” (Mauro, 1985, p. 14).

Em 1983, Rita teve parte de seu disco “Bombom”, pela Som Livre, censurado; após recursos, algumas das canções foram autorizadas para gravação, mas não poderiam ser veiculadas pelas mídias, e o álbum foi classificado “para maiores de 18 anos”, sendo vendido lacrado com a tarja “Proibida a rádio difusão e a execução pública das faixas” (Lima, 2019). Entre as canções censuradas estava *Arrombou a Festa III*, depois denominada *Arrombou o Cofre* (1983).

Oh! Oh! Brasil
Quem te vê e quem te viu
Pra frente, pra frente que até caiu
Chega desse Nhém, Nhém, Nhém
Bye Bye Brazil's vintém
Moratória é a moral da história

Maluf se cala mas a Luftfalla
Ivete dá bandeira que seu sonho é ser vedete
Filoporquequilo Jânio é sempre o mesmo grilo
Galã da várzea vai pro trono Andreazza

Governadores, Deputados, Vereadores
Saqueando bancos e bancando defensores
Ninguém se ilude mais que a comida está no fim
Olhem só a pança do sinistro Delfim
Tá cheia de cupim

Oh! Oh! Brasil
Quem te vê e quem te viu
Pra frente, pra frente que até caiu
Chega dêsse Nhém, Nhém, Nhém
Bye Bye Brazil's vintém
Moratória é a moral da história

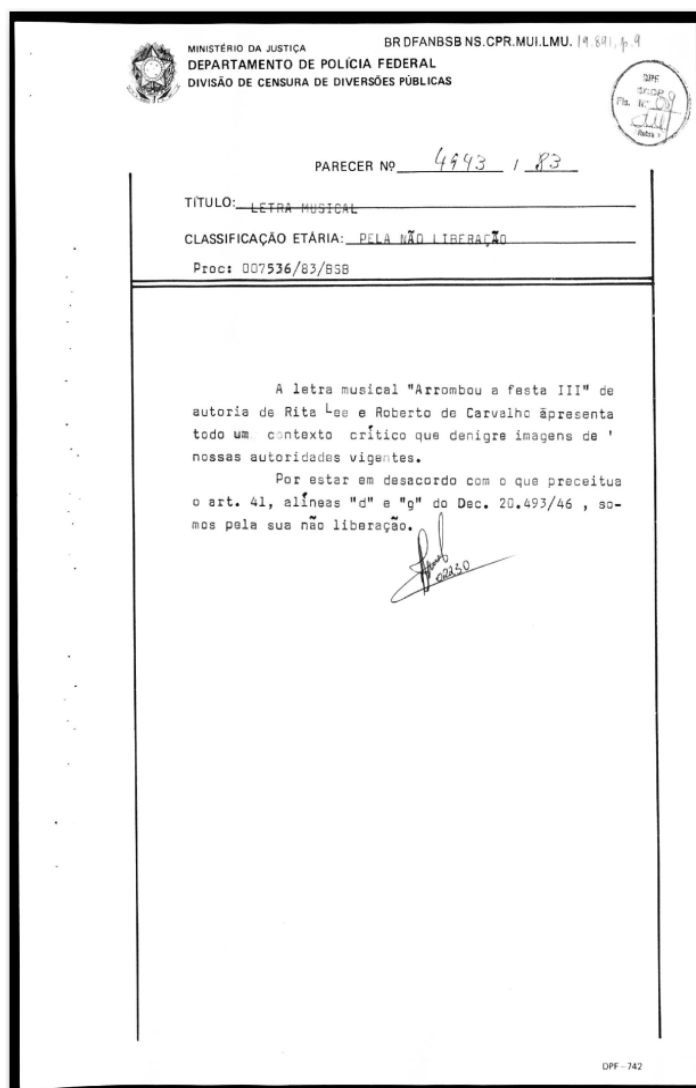
Beltrão é o mandão da nossa burrocracia
Na moita Golbery fazendo muita bruxaria
No breque de improviso Aureliano se embanana
Nas eleições diretas o uniforme é à paisana

Que ótimo Juruna e o escandaloso Timóteo
Na linha dura basta a Solange da censura
Cabeças vão rolar que tal a gente apostar?
Incêndio! Incêndio! Incêndio! Pegou fogo o berço esplêndido

Mantendo seu estilo provocador e irreverente, a canção expunha e criticava protagonistas políticos e remetia à própria ditadura. Em “Pra frente, pra frente”, fazia alusão à canção “Pra Frente Brasil”, veiculada na Copa de 1970; também referenciava o Hino Nacional com a citação “berço esplêndido”. Denunciava a corrupção dos políticos – “Governadores, Deputados, Vereadores/ Saqueando bancos e bancando defensores” –, identificando alguns, como o Vice-presidente Aureliano Chaves, o General Golbery do Couto Silva, Delfim Neto, Paulo Maluf, Jânio Quadros, os Ministros Beltrão e Mario Andreazza, a deputada Ivete Vargas e os deputados Agnaldo Timóteo e Juruna, além da referência a Solange (Solange Maria Chaves Teixeira Hernandez), uma das maiores censoras das artes no regime militar. Segundo os censores, a canção foi vetada por ter “um contexto crítico que denigre imagens de nossas autoridades vigentes”. Na capa e na promoção do disco, a faixa da canção vinha rabiscada.

As resistências à censura existiram, era frequente que as gravadoras recorressem dos vetos. Nessa situação, foi enviada uma solicitação (forma de recurso) ao Departamento de Censura e Diversões Públicas da Polícia Federal (DCDP), porém, mesmo mudando o título, a instância superior da Censura manteve o veto, por considerar que “os versos de linguagem depreciativa e ofensiva ridicularizavam diretamente autoridades constituídas”.

Figura 6 - Censura à canção *Arrombou a Festa III*.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

BRDFANBSB NS.CPR.MULMU.19.83.1.83

PARECER Nº 4493 1.83

TÍTULO: LETRA MUSICAL

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: PELA NÃO LIBERAÇÃO

Proc: 007536/83/BSB

A letra musical "Arrombou a festa III" de autoria de Rita Lee e Roberto de Carvalho apresenta todo um contexto crítico que denigre imagens de 'nossas autoridades vigentes.

Por estar em desacordo com o que preceitua o art. 41, alíneas "c" e "g" do Dec. 20.493/46, somos pela sua não liberação.

DFP-742

Fonte: Arquivo Nacional.

Figura 7 - Pedido de reconsideração da gravadora e resposta do censor.

BRDFANBSB NS.CPR.MUI.LMU. 19.891.4 13

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CÓDIGO - 00202

SOM/IVRE

DCDP / BSB

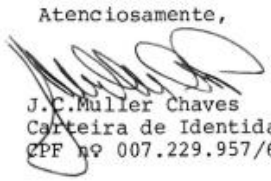
Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1983.

Ilmo.Sr.
Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal

SIGLA-SISTEMA GLOBO DE GRAVAÇÕES AUDIO VISUAIS LTDA., por seu representante que esta subscreve, vem res-
peitosamente recorrer da decisão da Sra.Diretora da DCDP que não
liberou, para gravação e radiodifusão, o texto da obra lítero-mu-
sical ARROMBOU A FESTA III já encaminhada em 09/10/83 sob proto-
colo nº 007536, inexplicavelmente vetada por aquela Divisão, de
autoria de RITA LEE/ROBERTO DE CARVALHO, que modificada, agora ,
para o título ARROMBOU O COFRE por seus autores, que firmam as
tres vias do novo texto a esta ora anexada.

Confiante no deferimento do pleiteado, a
Requerente aproveita o ensejo para renovar seus protestos de apre-
ço e consideração.

Atenciosamente,


J.C.Muller Chaves
Carteira de Identidade- 13.174 (OAB)
CPF nº 007.229.957/68

SIGLA SISTEMA GLOBO DE GRAVAÇÕES AUDIO VISUAIS LTDA
RUA ASSUNÇÃO, 443 - Tel.: 286-6482 / 286-6112 / 286-6072 / 286-6212 / 286-6612 / RIO DE JANEIRO - RJ

Fonte: Arquivo Nacional.

Figura 8 - Resposta dos censores à reconsideração pedida pela gravadora.

BR DFANBSB NS.CPR.MU.LMU. 19.801, 17

PROTOCOLO Nº 008200/83-DCDP

Ref.: Letra musical "ARROMBOU O COFRE"


DPF
DCDP
Fls. N.º 17

I - As razões apresentadas não são suficientes para ensejar revisão na anterior decisão da DCDP.

II - Por delegação do Sr. Diretor-Geral do DPF, de acordo com a Portaria nº 188/83-DG/DPF, mantenho a interdição da letra musical "ARROMBOU O COFRE", considerando que seus versos, de linguagem depreciativa e ofensiva, ridicularizam diretamente autoridades constituídas, com fulcro no artigo 41, alínea "g", do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 20.493/46.

III - Comunicar ao interessado.

Brasília, 06 de outubro de 1983


GEOVANI LEMOS CAVALCANTE
Chefe do Gabinete
em exercício

SMS

Fonte: Arquivo Nacional.

O sistema de censura instituído durante a ditadura permaneceu atuante até 1988, a última canção de Rita Lee censurada data de 1987. Apesar dos obstáculos

da censura e do cenário político, a *Rainha do Rock* manteve uma trajetória artística de sucesso e popularidade, reinventou-se, criou estilo próprio, ousadamente enfrentou poderes estabelecidos, desafiou preceitos e a misoginia.

4. Considerações finais

Rita Lee testemunhou a ditadura militar e a redemocratização do país; vivenciou o movimento feminista em diferentes etapas; acompanhou as transformações culturais em diferentes âmbitos; foi se reinventando como uma camaleoa, ultrapassando barreiras e abrindo perspectivas e possibilidades. Ela foi uma artista irreverente e referência para outras mulheres que se enxergaram e continuam a se enxergar em suas canções com cunho feminista. Contudo, a cantora, por mais que fosse uma roqueira ousada e tivesse um discurso progressista com relação ao feminino, não militava pela causa feminista, tampouco trazia em suas composições elementos que pudessem ser considerados transgressores pelos militares.

As considerações desses escritos rastrearam etapa e aspectos da trajetória de Rita Lee e sua luta contra a repressão e a censura às suas canções. A cantora afrontava o sistema ao trazer temáticas ousadas e transgressoras, como ideais de liberdade irrestrita, de amor livre, de plena vivência da sexualidade e do corpo feminino. Em suas letras e performances nos palcos, ela usava de deboche, ironia e humor como estratégia de expressão artística.

Referências bibliográficas

ALBIN, Ricardo Cravo. **Driblando a Censura**. De como o cutelo vil incidiu na cultura. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

ARAS, L. B.; PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ARQUIVO NACIONAL. Parecer n.º 0676/80 da Divisão de Censura e Diversões Públicas – Serviço de Censura de Diversões Públicas do Estado do Guanabara. Rio de Janeiro, 12 jun. 1980. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/00597/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_00597_d0001de0001.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

ARQUIVO NACIONAL. Parecer n.º 4919/83 da Divisão de Censura e Diversões Públicas – Serviço de Censura de Diversões Públicas do Estado do Guanabara. Rio de Janeiro, 27 set. 1983. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/19891/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_19891_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

ARROMBOU o Cofre. Composição: Roberto de Carvalho, Rita Lee. *In*: Álbum “Bombom”. Som Livre, 1983 (LP).

CARAS. Rita Lee completa 65 anos; relembre momentos da rainha do rock brasileiro. 31 dez. 2012. Disponível em: <https://caras.com.br/arquivo/rita-lee-completa-65-anos-relembre-momentos-da-rainha-do-rock-brasileiro.phtml>.

GOMES, V. de O. **Rita Lee**: o querer feminino no rock and roll brasileiro. 2022. 64 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2022.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. *In*: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**. História da Censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.

KUSHINIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LANÇA Perfume. Composição: Roberto de Carvalho, Rita Lee. *In*: Álbum “Rita Lee”. Som Livre, 1980 (LP).

LEE, R. **Rita Lee**: uma autobiografia. Rio de Janeiro: Globo, 2016.

LIMA, N. **Ditadura no Brasil e censura nas canções de Rita Lee**. Curitiba: Appris, 2019.

MAGALHÃES, João. Vaias, vaias até o fim. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1968.

MARTINS, José de Souza. Música sertaneja: dissimulação na linguagem dos humilhados. *In*: **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Experiências boêmias em Copacabana**: Dolores Duran. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MAURO, A. Humor e deboche: a irreverência na MPB. **MPB Especial**, ano 5, n. 50, 1985, p. 4-15.

MOBY, Alberto. **Sinal fechado**: a música popular brasileira sob censura. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950-1980). Coleção Repensando a História. São Paulo: Contexto, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar. São Paulo: Contexto, 2016.

PARANHOS, A. Música popular contra políticas sexuais hegemônicas: Brasil, década de 1970. **Contrapulso** - Revista latino-americana de estudos em música popular, v. 1, n. 1, 30 ago. 2019, p. 1-14. Disponível em: <https://contrapulso.uahurtado.cl/index.php/cp/article/view/4>. Acesso em: 12 ago. 2024.

PIMENTEL, G. C. de C. Mutações em cena – Rita Lee e a resistência contracultural. **Publicatio UEPG**: Ciências Sociais Aplicadas, v. 11, n. 2, 2009, p. 7-20. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2745>. Acesso em: 12 ago. 2024.

REVISTA AMIGA E NOVELAS. Amiga nº 430 - 16/08/78. 6 abr. 2020. Disponível em: <https://revistaamiga-novelas.blogspot.com/2020/04/amiga-n-430-160878.html>.

RIDENTI, Marcelo. Ensaio geral de socialização da cultura: o epílogo tropicalista. *In*: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**. História da Censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHAFER, Murray. **O ouvido pensante**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil de Castelo a Tancredo**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.